

## Los errores en la valuación del activo fijo en los registros contables, propicia adeudos fiscales para los empresarios

*Os erros na avaliação dos activos fixos nos registros contábeis, passivos fiscais favoráveis para os empregadores*

**José Luis Chávez Chávez**

Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México

[jluischavez2@hotmail.com](mailto:jluischavez2@hotmail.com)

### Resumen

Con el presente trabajo se trata de crear conciencia tanto en empresarios como en contadores públicos a fin de que no alteren los activos de una empresa al tratar de pagar menos impuestos. Muchas veces son los mismos empresarios los que convencen a los contadores de mostrar cantidades inferiores a las que verdaderamente adquieren; dicha situación al ser demostrada por una autoridad fiscal bajo sus facultades de comprobación trae consigo consecuencias muy severas, desde la aplicación de un crédito fiscal para el contribuyente directo, hasta incluso responsabilidad solidaria para el contador o, peor aún, que se configure un delito fiscal.

Por eso en este trabajo se proponen mecanismos benéficos para las empresas sin que estas tengan que omitir sus ingresos; por el contrario, si declaran sus percepciones evitarán problemas futuros con la autoridad fiscal.

**Palabras clave:** activos, pasivos, empresa, facultades de comprobación, crédito fiscal.

## Resumo

O presente trabalho pretende sensibilizar tanto em negócios e contabilistas públicos para que eles não alteram os ativos de uma empresa tentando pagar menos impostos. Muitas vezes, eles são os mesmos empregadores que convencer contadores mostram valores menores do que realmente adquiridas; a situação deve ser demonstrada por uma autoridade fiscal no âmbito das suas competências para verificar traz graves consequências, uma vez que a implementação de um crédito de imposto para contribuição direta para até mesmo vários responsabilidade para o contador ou, pior ainda, um conjunto de delitos fiscais .

Portanto, neste trabalho mecanismos benéficos propostos para as empresas sem estas têm de ignorar os seus rendimentos; Pelo contrário, se declararem as suas percepções vai evitar futuros problemas com as autoridades fiscais.

**Palavras-chave:** ativos, passivos, negócio, poder de inspeção, crédito de imposto.

**Fecha recepción:** Enero 2015

**Fecha aceptación:** Julio 2015

---

## Introdução

O estado está diretamente relacionada a todos os contribuintes, sejam eles particulares ou empresas, mesmo que eles são referidos como os contribuintes de impostos, portanto, o Estado será sempre o agressor, como este, que estabelece as obrigações detalhadas todos os contribuintes e os contribuintes vão cumprir o mandado judicial que o Estado nos impõe.

No campo da contabilidade, há diferentes maneiras para caracterizar os contribuintes de relacionamento em que estamos imersos e que se relacionam direta ou indiretamente com os poderes regulamentares do Estado; primeiro encontramos duas seções, tais como: indivíduos (qualquer um) e empresas (qualquer empresa quer natureza civil ou comercial); no entanto, este

artigo irá discutir as entidades jurídicas e especificamente das Sociedades Anônimas, como uma corporação, que pode mais facilmente cair em tais irregularidades.

Em segundo lugar, há uma sub-divisão como são o contribuinte direta ou contribuinte responsável, a solidariedade contribuinte deve, a alternativa necessária ou substituto do contribuinte, o contribuinte obrigado pela garantia ou responsabilidade estrita.

Para fazer isso, as empresas podem ser consideradas como contribuintes tributáveis têm qualidade legal, isto é podem ser titulares de direitos e obrigações.

Todas as empresas, como entidades, têm a obrigação de pagar o imposto, e para dar a aplicação adequada precisa dar uma contabilidade formal, nos termos do Código Tributário da Federação, em virtude do qual eles podem considerar tanto os seus activos (tudo bens e direitos disponíveis para uma empresa) e os seus passivos (todas as dívidas e obrigações de uma empresa); mesmo que estar errado pode ser certos gatilhos para uma autoridade para exercer poderes para rever e auditá-los determinarles ou impor um crédito de imposto.

Como dito acima, sabemos que é uma obrigação de toda a pessoa física ou moral mexicanos a contribuir para as despesas públicas sempre que proporcionalmente (um meio) e equitativa (todos devem cumprir) e do artigo 31 diz em seu quarta fração da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos; eo Estado deve investigar os contribuintes cumprir devidamente essa obrigação de pagar tributo; Para conseguir isso, o Estado tem dois poderes administrativos de aplicação (que é feito tanto na casa de contribuintes e através de comentários de todo tipo de bens ou locais), e um de determinação (que pode ser gerenciado pelo autoridade quando se determina que o contribuinte não tenha pago as suas contribuições em devido tempo), poderes ou procedimentos em que o Estado que analisamos nossas regras internas e podemos solicitar todos os documentos, livros, coisas, mercadoria, transportes, entre outras coisas com a obrigação de ser levantar um relatório afirmando que actos e omissões que tenham estado presentes durante o curso da visita.

Se a autoridade determina que há omissões ou irregularidades no controlo interno da empresa com relação às informações que o Tesouro o contribuinte terá, então, a liberdade de aplicar o

contribuinte de um crédito fiscal, devido à incompatibilidade entre os documentos reais Companhia e os documentos apresentados ao Tesouro, que danos e lucros declínio deste sector produtivo.

Tendo em conta esta situação tem afetado a empresa (em geral) e fez com que os empresários perguntar aos números dos quadros contador eles acham que vai ser favorável independentemente da pena que eu mencionei antes: Imposto de crédito.

Atualmente, o Código Tributário Federal prevê uma multa de US \$ 124 a \$ 177 990,00 950,00 fração XXX do artigo 81 e do artigo 82, respectivamente.

Por isso os empregadores e os contabilistas devem equilibrar não só entre o Estado e os contribuintes, mas também entre o contribuinte e as suas regras internas, a fim de evitar possíveis conflitos entre o Tesouro e os indivíduos, mantendo assim uma relação harmoniosa entre a autoridade eo contribuinte. Assim impede a autoridade para exercer os seus procedimentos de supervisão e de determinação ou atribuir a responsabilidade aos sócios ou o medidor sendo também assuntos que são indiretamente envolvidos com o relacionamento primário fiscal, mas ambos podem ser afetados em seus interesses.

De acordo com o acima exposto, que se destina a determinar a situação contabilística de uma empresa (pessoa de negócios, as sociedades) em todo o seu sistema interno -contabilmente de língua incluindo ativos e passivos, o contribuinte verá obrigações de benefícios para a tesouraria e até mesmo menos viável que o Estado exerça o seu poder de inspeção, se eles se tornam omitido alguma renda pensamento que beneficia mais para o empregador.

Actualmente, e de acordo com a revista Notas Fiscais em Maio de 2015, 73,1% das empresas as pessoas morais, sem atualização adequada de seus ativos imobilizados, violar Financial Reporting Standards em vigor no que diz respeito à re-expressão dos estados sob a rubrica de activos fixos financeiros.

Da mesma forma, no contorno das abordagens políticas do Instituto Mexicano de Contadores Públicos, de 13 de agosto, 2014, a imposição de advertências recomenda-se a empresas que não

re-expressam seu ativo imobilizado, de acordo com Financial Reporting Standards na respectiva dictaminación.

Sabemos que existem várias defesas para combater a créditos fiscais, uma vez que um recurso administrativo é o apelo para a reversão, o recurso de alteração, pedido de revisão e até mesmo sentença de nulidade; no entanto, este é evitar o recurso a meios legais por irregularidade por interpretação de contabilidade pobres ou negligência, o que pode trazer mais mal do que bem a um sujeito passivo (pagamento de honorários aos profissionais que muitas vezes não resolver o conflito impostos).

SAT, através de seus meios de controle no exercício de 2013, aumentada de multas para este item de 28% do universo total de violações em todo o país (entrevistar o Secretário da Fazenda e Crédito Público, Luis Videgaray, El Universal de 22 de Novembro de 2014).

### **Requisitos Financeira do Estado**

O estado a atingir o seu objetivo principal precisa de uma atividade financeira que oferece o equilíbrio económico do país; Para fazer isso, deve haver um caráter fiscal padrão que tem um fato punível e eventos; isto é, existe uma lei que considera a carga tributária e de comportamento que causam a carga fiscal do cumprimento é obrigado tributo.

A partir desse momento você pode determinar a aplicabilidade da conduta abrangidas pela obrigação.<sup>1</sup>

Portanto, as atividades realizadas pelo Estado como essencial para alcançar seus objetivos, de acordo com as idéias políticas e econômicas, fazem parte do sistema financeiro do Estado.

### **CONTRIBUIÇÕES**

Dentro do relacionamento decorrente do sistema financeiro do Estado com os governados, existem dois tipos de assuntos, que são ativos, de acordo com o artigo 31 inciso IV da Constituição dos

---

<sup>1</sup> Delgadillo Luis Humberto, *Principios de Derecho Tributario*, cuarta edición, editorial LIMUSA, Noriega Editores, México 2004, p. 96.

Estados Unidos Mexicanos, a Federação, o Distrito Federal, Estados, municípios, sendo-lhes que exigem o contribuinte a pagar o imposto e, nesse sentido, em seguida, haverá contribuintes que são obrigados a cumprir com a obrigação constitucional e que é o pagamento de imposto temporário.<sup>2</sup>

Existem três tipos de organizações econômicas: organizações sem fins lucrativos, sem fins lucrativos e governo. A primeira delas visam a prestação de serviços, fabricação ou comercialização de produtos, e adquirir um benefício a ser chamado de "utilidade".<sup>3</sup>

Este último não prosseguem fins lucrativos, legalmente conhecida como associações civis, pode obter lucros reverts para cumprir o seu objectivo, prestação de serviços ou venda de mercadorias.

O terceiro são organizações governamentais, refere-se a áreas de federal, estadual, municipal, provincial e os governos departamentais.<sup>4</sup>

De acordo com a lei geral das sociedades, essas entidades sejam detidos ou envolvidos em transações comerciais de natureza comercial são considerados uma ordem predominantemente econômica, e incluem: parceria geral, sociedade limitada, parceria sociedade anónima de responsabilidade limitada, em comandita por acções, sociedade cooperativa.<sup>5</sup>

Portanto, todas as pessoas (singulares ou colectivas) são os contribuintes que tratam de suas obrigações para com os procedimentos estabelecidos pela legislação fiscal; no sistema fiscal mexicana são três sujeitos ativos dessa relação: a federação, que é a pessoa jurídica que acumula o maior número de competências em matéria fiscal; estados ou estados, e municípios.

---

<sup>2</sup> Artículo 31. Son obligaciones de los mexicanos: I..., II..., III..., IV. Contribuir para los gastos públicos, así de la Federación, como del Distrito Federal o del Estado y Municipio en que residan, de la manera proporcional y equitativa que dispongan las leyes.

<sup>3</sup> La utilidad como característica de la información contable, es la cualidad de adecuarse al propósito del usuario. Estos propósitos son diferentes en detalle para cada usuario, pero al final prevalece el interés económico, entre los interesados se encuentran: los administradores de la empresa, los inversionistas, accionistas, trabajadores, proveedores, acreedores, autoridades gubernamentales, etcétera.

<sup>4</sup> Guajardo Cantú Gerardo, Nora E. Andrade de Guajardo, *Contabilidad financiera*, editorial McGraw Hill, México 2008, p. 5.

<sup>5</sup> Artículo 1º de la Ley General de sociedades mercantiles, texto vigente.

De acordo com isso, podemos incluir uma classificação dos impostos: Imposto Federal, imposto predial ou dos Estados, Tributos Municipais. 6

Todas as contribuições são características essenciais para:

1. Sua natureza é puramente pessoal.
2. Eles são contribuições em dinheiro.
3. Seu produto deve ser alocado para cobrir os custos dos organismos públicos.
4. A contribuição deve ser proporcional e equitativa.
5. Esta obrigação só pode ser estabelecido por lei.

É uma obrigação pessoal de mencionar a disposição constitucional invocado antes (artigo 31 facção IV) correspondente a todos os mexicanos. Agora, em nosso sistema jurídico pode ser mexicano por nascimento ou por naturalização; é uma contribuição financeira que deve contribuir para os custos e inferir que a contribuição ser dada natureza pecuniária monetária da economia de hoje, no entanto, é permitido em espécie; É para os gastos públicos, de modo que o destino que tem a contribuição será exclusivamente para a despesa pública e para nenhuma outra finalidade; É proporcional de acordo com a riqueza da pessoa de quem ela afetará; é equitativo por causa da justiça do caso da aplicação da lei igual aos encontrados em circunstâncias similares; apenas através de uma lei, pois ele aborda o princípio do direito fiscal, em função das regras legislativas sobre a criação de uma natureza fiscal.<sup>7</sup>

Queremos abordar a corporação, uma vez que é o único com uma melhor regulamentação legal eo caso em que esta pesquisa se baseia é a corporação, portanto, antes do regime que é necessário comentar que uma corporação é uma corporação regido sob a Lei Geral das Sociedades Comerciais e cujas características são de que o capital é representado por acções nominativas. Eles são obrigados a pagar a sua parte, em dinheiro ou em espécie parceiros.

---

<sup>6</sup> Serra Tojas Andrés, *Derecho Administrativo*, editorial PORRÚA, segundo curso, doctrina, legislación, y jurisprudencia, vigésima primera edición corregida y aumentada por Andrés Serra Rojas, México, 2001, p. 43.

<sup>7</sup> Delgadillo Luis Humberto, *Principios de Derecho Tributario*, cuarta edición, editorial Limusa, México, 2004, pp. 58, 60.

Tem um processo de formação simultânea, ou seja, a assembleia geral para fazer o projecto de estatutos. Atualmente, ele precisa de pelo menos duas pessoas para consolidar e, cada parceiro terá ações em seu favor, que são títulos que atestam a participação de um sócio de uma corporação.<sup>8</sup>

Tem obrigações fiscais, como o pagamento de imposto de renda, imposto sobre o valor acrescentado, a retenção de outros, os impostos estaduais, se você tiver empregados pagam 2% da folha de pagamento, que é o pagamento de imposto do estado de INFONAVIT, o pagamento IMSS, e imposto sobre transferência de propriedade de bens imóveis, entre outros.

No entanto, o pagamento de contribuições nascidas para realizar a si mesmo e do fato gerador, ou seja, quando eles se inscrever no Registro Federal de Contribuintes, que é o primeiro contato entre a administração pública e os contribuintes, por força do qual o acto autoridade pode ter um relacionamento ou uma lista de todos aqueles que normalmente causar contribuições.<sup>9</sup>

É dever não só as empresas, mas de toda pessoa física ou moral para registrar com o registro quando eles têm de apresentar declarações periódicas e emitir vouchers para as atividades que desempenham.

## **AGORA E ESTABELECIMENTO**

Para desenvolver suas atividades, uma corporação deve ser claro sobre o que a empresa é eo que é o estabelecimento. A empresa é o produto da idéia geral do empregador; unidade entende tudo, a reunião de todos os elementos materiais, humanos e ordem espiritual, capital, trabalho, vontade e gênio do empregador; enquanto estabelece uma unidade técnica é completo em si mesmo e independente de outros estabelecimentos possíveis, os quais coexistem dentro da empresa e aqueles que concordam em alcançar o objectivo global.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Op. cit, p. 9.

<sup>9</sup> Artículo 27 Código Fiscal de la Federación determina quienes están obligados a expedir comprobantes fiscales digitales por Internet por los actos o actividades que realicen o por los ingresos que perciban, así como al registro federal de causantes.

<sup>10</sup> De la Cueva Mario, *El nuevo derecho del trabajo en México*, segunda edición, editorial Porrúa, México, 2004.



Face ao exposto, o direito do trabalho no artigo 16 define a empresa como unidade econômica de produção ou a distribuição de bens ou serviços, bem como o estabelecimento como unidade técnica como uma filial, agência, etc., é uma parte integrante e contribuir para realização dos objectivos da empresa.<sup>11</sup>

Dentro do estabelecimento onde eventuais irregularidades relativas a este trabalho originam sempre uma relação entre o único diretor da corporação com o contador público interno ou externo surge, conforme o caso.

As obrigações fiscais da empresa são analisados e estudados por um contador público que é obrigado a apresentar declarações em tempo e forma legal, no sentido de que não há decepção com a autoridade de supervisão; A empresa também se compromete a fornecer todas as informações necessárias para usar o medidor, a fim de cumprir com as contribuições.

Caso essa informação não ser precisa, mesmo a autoridade pode solicitar ao contabilista as informações através de seus poderes de verificação, quer por força de uma verificação ou revisão de um parecer, ou verificação ou revisão de Gabinete.<sup>12</sup>

No entanto, se a autoridade não está satisfeito você pode até mesmo ir diretamente para o contribuinte em geral, fazer uma visita domiciliar.

Para evitar tais disputas, o contabilista deve ter em conta os ativos e passivos da empresa, definidos como aqueles com ativos e passivos que a empresa tem.

## **ATIVOS E PASSIVOS DE UMA EMPRESA**

Bens, direitos e passivos de uma empresa constituída nas demonstrações financeiras, que são os meios que utiliza para transmitir representando usuários (comerciantes, industriais, prestadores de serviços, instituições governamentais, pessoas físicas ou jurídicas) as informações necessárias para a tomada de decisão ou resultado do processo de contabilidade.

---

<sup>11</sup> Ley Federal del Trabajo, artículo 16, texto vigente.

<sup>12</sup> Artículo 42 del Código Fiscal de la Federación, texto vigente.

Estes elementos vão chamar ativos e passivos; ativos são todos os ativos e direitos de propriedade da empresa; passivos são todas as dívidas e obrigações da empresa.<sup>13</sup>

O desempenho de um contador público para ativos e passivos é determinada por uma demonstração da posição financeira ou do balanço é a informação que mostra balanço sobre os bens, direitos e obrigações financeiras de uma empresa a um determinada data; suas principais características são: é uma declaração financeira básica divulga ativos, passivos e patrimônio líquido de uma empresa dos acionistas, as informações financeiras apresentadas por este Estado deve ser para uma determinada data (dezembro AD 31), é feito com base no saldo das contas do balanço (ativos, passivos e capital).

As contas que fazem parte do passivo: Fornecedores, títulos a pagar, credores diversos, credores hipotecários ou hipotecas a pagar, juros recebidos da Receita adiantamento recebido com antecedência.

Agora, quando um contador tem todas as informações em suas mãos, fazer um balanço geral da situação real em que uma empresa é determinada por determinar se a empresa tem financeira, ou capacidade, se a empresa é em perigo de falência.

Quando a informação é apresentada ao tesouro através da sua declaração anual, a autoridade, ao abrigo do princípio da boa-fé, confiar nos dados que recebe do contribuinte, mas quando se cruza informações com terceiros e aparece uma irregularidade nas rubricas contabilísticas A autoridade está habilitada para visitar o contribuinte demonstrar ou fornecer as informações necessárias, a fim de refutar os argumentos da autoridade.

---

<sup>13</sup> Lara Flores Elías, *Primer curso de contabilidad*, 16a edición, editorial Trillas, México, septiembre 1999, p. 13.

## PODERES DE CONTROLO

As autoridades fiscais melhorar os procedimentos de auditoria que podem ser realizadas tanto nas casas dos contribuintes, através de análises de todos os tipos de bens, instalações de produção ou em trânsito, como previsto no artigo 42 do Código Tributário da Federação.

Doutrinariamente, é um meio eficaz de autoridade fiscal para enfrentar a situação fiscal dos contribuintes em relação jurídico-tributária, e tem os requisitos para a emissão de uma ordem escrita, que é emitido por uma autoridade competente ser estabelecida e motivado, segure a assinatura do funcionário competente, identificar o destinatário, marque o local a avaliar, os nomes dos agentes da autoridade devem praticar visita, com base no artigo 38 e 43 do Código Tributário da Federação.<sup>14</sup>

Portanto, quando a autoridade está a estudar a situação fiscal de uma empresa, e em toda a informações com terceiros para determinar a irregularidade, nós submetido a um teste de potência, que são os poderes que tem uma autoridade de supervisão para avaliar a aplicação correcta obrigações de pagar o imposto que os contribuintes têm obrigações para com a tesouraria.

Para este fim, a autoridade que emite a ordem de visitação, que é notificado por um inspector nos escritórios e levanta um ato inicial que dá origem ao desenvolvimento da visita, os relatórios parciais que apontavam para cima omissões visto no decorrer da visita, dar tempo para declarações do inspecionados, você pode levantar os atos necessários desde que corrigir diversas irregularidades; pede a mostra visitou você toda a documentação necessária; se ele se recusar a entregar, deve notar-se, em parte, para efeitos de registo é circunstancial.

Antes de encerrar, a elaboração de um documento chamado Acta Final, que determina se ou não a irregularidade foi sanada pelo visitados, e começa a impor um crédito de imposto.

No entanto, quando é o contribuinte que pede ao contabilista para determinar quantidades menores do que tem, de facto, não só a responsabilidade directa do contribuinte ou responsável direto, você

---

<sup>14</sup> Requisitos de legalidad, sin ellos la autoridad no puede efectuar visitas domiciliarias, en caso contrario, estará viciada la orden de visita.

pode atribuir a responsabilidade de combater que, indevidamente, decide Ignorando seu cliente afetando não só a empresa, mas ganhando uma penalidade que será refletido em um crédito de imposto.

## **IMPOSTO DE CRÉDITO**

Eles são créditos fiscais que tem direito a receber a seus órgãos descentralizados que vêm de contribuições, seus acessórios ou exploração, incluindo os resultantes de responsabilidades que o Estado tem o direito de exigir que os seus administradores ou empregados ou indivíduos Estado ou, bem como as leis que lhes dão caráter eo Estado tem direito a receber como um empregado.<sup>15</sup>

Flores Zavala, al hablar del nacimiento del crédito fiscal, menciona: “No es pues, necesaria la resolución de autoridad alguna para que se genere el crédito, este nace automáticamente al realizarse la hipótesis legal”.<sup>16</sup>

Para que haja um crédito de imposto é necessário para os contribuintes de responsabilidade fiscal incorrido realizar um ato ou uma omissão, que é entendida por toda a situação legal, conforme definido pela lei, ou seja, é preciso que haja um fato enquanto , há uma norma legal que é aplicável, ou seja, um facto jurídica.

A responsabilidade fiscal não é imediatamente executória, a sua força executória adquire nuances especiais, deve ser determinado o montante ao abrigo de um procedimento denominado "determinação".

Suas principais características são:

- a. É uma quantia que tem direito à suas agências descentralizadas Estado ou.
- b. Surge por força de lei.

---

<sup>15</sup> Artículo 4º del Código Fiscal de la Federación, texto vigente.

<sup>16</sup> Flores Zavala Ernesto, *Elementos de Finanzas Públicas Mexicanas*, Editorial Porrúa, Decimocuarta edición, México, 1999.

c. Vem de contribuições, a exploração ou acessórios;.

No entanto, quando a obrigação fiscal substantivo tem aparecido com a adequação do evento que deu origem ao facto gerador do imposto, você deve atender o comportamento padrão, dando um padrão consistente, é necessário esclarecer o seu significado (quantum) da obrigação.

De acordo com o artigo 6, terceiro parágrafo do CFF, é para os contribuintes determinar as contribuições carga expressa, salvo indicação em contrário. Se as autoridades fiscais devem fazer a determinação, os contribuintes fornecer-lhes as informações necessárias no prazo de 15 dias a contar da data de competência.

Então nós temos dois tipos de infração:

A primeira é a auto-determinação, que é quando o contribuinte é determinado, e Heterodeterminación, que será determinado quando a Autoridade em virtude dos seus poderes de verificação.

Na medida em que é possível em alguma base ou com base em estimativa ou assumido.

A determinação com base em determinadas corridas, quer pelo contribuinte ou a administração fiscal, com total controle e verificação do facto gerador em termos de suas características e elementos, e também em termos da sua dimensão económica. É incerto fato e os valores tributáveis.

A determinação da base estimada existe quando a autoridade fiscal determina a base de tributação por meio de presunções estabelecidas pela própria lei.<sup>17</sup>

Existem três métodos de determinação:

- 1. 1. Método objetivo**, em que uma taxa ou tarifa indicada atenção ao peso, medida, volume ou número de unidades de produtos, que estão sujeitos ao imposto.

---

<sup>17</sup> Artículo 55 al 63 del Código Fiscal de la Federación, texto vigente, en relación con el artículo 90 de la Ley del Impuesto Sobre la Renta. Texto vigente.

2. **2. Método indiciario** em que certos dados sobre a actividade do contribuinte são tomados como referência, para estabelecer a sua capacidade de pagar ou sujeitos ao imposto no caso de consumo, de modo que os sinais são normalmente encontrados na produção abstrato, de capital investidos nos sinais de negócios ou exteriores de riqueza.
3. **3. Método declarativo** em que um crédito de imposto é determinado, através de uma declaração formal do contribuinte, que pode aplicar ou informações.

Os privilégios de um crédito de imposto é que os valores constitutivos dos créditos fiscais são alocados aos gastos públicos, eles têm características que os diferenciam de outros tipos de empréstimos; e, nesse sentido, o Tesouro Federal tem prioridade para receber o pagamento dos créditos de renda da Federação deve ter percebido.<sup>18</sup>

Quando a autoridade fiscal determina um empréstimo para o contribuinte, no caso de uma empresa que ignora liquidação do imposto, o crédito fiscal é legítima.

No entanto, para evitar o surgimento de tais irregularidades, a autoridade precisa estar ciente da real situação do contribuinte e em caso de qualquer inconveniência, e ser permitido ir antes de um crédito de imposto é emitido, a comparecer perante essa autoridade para resolver qualquer disputa.

Dentro das normas incluídas na lei de imposto são aqueles que se destinam a assegurar a conformidade com as relações fiscais substantivas e regular as relações entre o governo e indivíduos.

Encontramos esses procedimentos pode usar qualquer consulta contribuinte, que é como o direito de solicitar os contribuintes a solicitar às autoridades fiscais com relação às situações reais e específicas materializar. As autoridades fiscais dentro de um período não superior a três meses devem dar uma resposta para a situação em questão, caso contrário, significa que você não vá para a direita ou nenhuma razão tenha sido concedido.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Artículo 149 Código Fiscal de la Federación, texto vigente.

<sup>19</sup> Artículo 17 Ley Federal del Procedimiento Administrativo, texto vigente en relación con el artículo 34 del Código Fiscal de la Federación, texto vigente.

Ou, se você acha que a determinação da física não é correto, você pode usar vários procedimentos que servem para evitar a emissão de um crédito fiscal para omissão ou ação contra a Fazenda.

Chamado incitamento da justiça, e prevê a administração fiscal pode, a seu critério, revisão de decisões administrativas desfavoráveis a um caráter individual, emitida por seus subordinados hierarquicamente, tal como previsto no artigo 36º do Código do Imposto Federação.

No caso de se provar que a decisão foi tomada em violação das disposições fiscais só pode ser alterado uma vez ou revogar o benefício do contribuinte, desde que interpôs recurso de defesa não tem e que tenham decorrido os prazos que estão disponíveis por isso legalmente e sem qualquer crédito de imposto prescrito.

Outra janela é a justiça que é o meio pelo qual o indivíduo tem a oportunidade de ir para as autoridades fiscais, a fim de fazer os esclarecimentos que considere adequadas em relação às multas aplicadas por infrações relacionadas com erros aritméticos, RFC, a não apresentação de declarações e documentos.<sup>20</sup>

É promovido no prazo de seis dias, e a autoridade deve emitir o seu em um período não superior a seis dias a partir da data em que tenham sido devidamente arquivados integrados.

### **Sugestões e recomendações**

1. É muito importante que o profissional de contabilidade ter em mente que distorcem informações financeiras das empresas é um crime e que leva a dupla contagem, o que gera multas significativas legalmente estabelecido leis fiscais.
2. A desordem financeira que faz com que uma avaliação inadequada dos ativos fixos, hoje, é por causa do que 28% dessas empresas têm sido envolvidos na determinação dos créditos tributários pela SAT, o que fez com que a margem Eu olho útil minimizado por perturbações económicas e infracções desnecessários.

---

<sup>20</sup> El art. 33-A DEL Código Fiscal de la Federación, texto vigente.

3. cumprir adequadamente com as diretrizes fiscais, que dá garantias aos contribuintes e uma vantagem para o profissional de contabilidade.
4. promover e cumprir os regulamentos em matéria de normas de informação financeira sobre a atualização dos ativos fixos, demonstrando a confiabilidade dos investidores em empresas.
5. Aplicar as técnicas contábeis e fiscais em organizações empresariais adequadamente, levando a uma maior transparência e facilidade de prática de controle, tanto para o SAT eo contribuinte.

## **CONCLUSÃO**

Pode ser visto que, ignorando o contribuinte irresponsável e ajustar valores a uma situação irreal que leva à questão da autoridade no que diz respeito à situação real e concreta de uma empresa, a autoridade pode, através dos seus poderes verificar, avaliar todos os livros, contas, registros, e que eu acho que é necessário, a fim de determinar se existe ou não alguma irregularidade nos registros internos do contribuinte, pois ainda leva informações de terceiros e cruza para verificar o tipo de falha do contribuinte, que o leva a pagar infrações desnecessárias que prejudicam a sua economia.

No decorrer deste documento, provou-se que para evitar a fiscalização e poder de rever uma autoridade fiscal não é aconselhável para ignorar os dados, porque a consequência imediata seria a de que a omissão é estabelecida por força das funções de revisão e um crédito de imposto é emitido que, pelo tipo de genealogia, que não podia ser desafiado por ser e estar dormente falha do contribuinte, fomentando a desconfiança entre os parceiros e investidores, respectivamente.

Mesmo a responsabilidade do contador para isso não só é solidariamente responsável com colaborador direto, mas também com a sua ética profissional, que podem degenerar em privação de sua prática pela falta de Financial Reporting Standards.

Por isso, é preocupante que nesta profissão nobre é necessário ter o hábito de responsabilidade e tem a base para uma ética de trabalho adequada, de modo a exibir totalmente as informações que o



contribuinte em caso de revisão, a autoridade fiscal simplesmente não determinar qualquer crédito de imposto por meio de multas para trazer o Código do Imposto vigor Federação.

## Bibliografía

De la Cueva Mario (2004), El nuevo Derecho del Trabajo en México, segunda edición, editorial Porrúa, México.

Delgadillo Luis Humberto (2004), Principios de Derecho Tributario, cuarta edición, Editorial Limusa, Noriega editores, México, pp. 96, 58, 60.

Flores Zavala Ernesto (1999), Elementos de Finanzas Públicas Mexicanas, Editorial Porrúa, decimocuarta edición, México.

Guajardo Cantú Gerardo, Nora E. Andrade de Guajardo (2008), Contabilidad Financiera, Editorial McGraw Hill, México, p. 5.

Lara Flores Elías (1999), Primer Curso de Contabilidad, 16 a edición, Editorial Trillas, México, septiembre, p. 13.

Normas de Información Financiera (NIF) (2014). Instituto Mexicano de Contadores Públicos.

Serra Rojas Andrés (2001), Derecho Administrativo, Editorial Porrúa, segundo curso, doctrina, legislación, y jurisprudencia, vigésima primera edición corregida y aumentada por Andrés Serra Rojas, México, p. 43.